



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**  
**GABINETE DO PREFEITO**

**LEI Nº 5.304, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2006.**

*Cria o Fundo Municipal de Manutenção do Sistema Funerário Municipal - FUMSIF, e dá outras providências*

O PREFEITO DE PELOTAS, ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO E PROMULGO A PRESENTE LEI

**Art. 1º** Esta lei cria o Fundo Municipal de Manutenção do Sistema Funerário Municipal - FUMSIF, com o objetivo de fortalecer e dar agilidade para o Sistema Funerário Municipal criado através da lei municipal nº 4.652, de 06 de abril de 2001.

**Art. 2º** Os recursos para o FUMSIF serão obtidos mediante a cobrança da taxa relativa a emissão da Guia de Liberação, Traslado e Sepultamento, criada pela lei municipal nº 4.652, de 06 de abril de 2001, e emitida pela Central de Óbitos do Município de Pelotas.

**Art. 3º** O valor da taxa referida no artigo anterior será equivalente a 30%(trinta por cento) da Unidade de Referência Municipal-URM, vigente no mês de dezembro do ano anterior.

**Art. 4º** O pagamento da taxa referida nesta lei será da responsabilidade da empresa funerária que efetuou a prestação dos serviços funerários.

**Art. 5º** As empresas funerárias de outros municípios que venham a prestar serviços na cidade de Pelotas também estão obrigadas ao pagamento da Taxa de Emissão da Guia de Liberação, Traslado e Sepultamento, para estas no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) da Unidade de Referência do Municipal-URM, vigente no mês de dezembro do ano anterior.

**Art. 6º** As empresas que deixarem de recolher o valor fixado para a emissão da guia referida nesta lei ficarão impossibilitadas de prestarem serviços funerários no Município de Pelotas até que quitem o débito existente.

**Art. 7º** Os valores do FUMSIF serão mantidos em conta corrente bancária específica.

**Art. 8º** Os valores arrecadados através do FUMSIF, em virtude do pagamento da Taxa de Emissão de Guia de Liberação, Traslado e Sepultamento, terão o seguinte destino:

- I – trinta por cento dos valores arrecadados no mês serão repassados para o Fundo Municipal de Saúde de Pelotas, até o quinto dia útil do mês subsequente;
- II – setenta por cento dos valores arrecadados no mês ficarão à disposição do próprio Fundo e serão administrados pela Comissão Municipal dos Serviços Funerários, que deverá aplicar tais recursos na manutenção, reaparelhamento e modernização do Sistema Funerário Municipal e da Central de Óbitos do Município de Pelotas.

**Art. 9º** Os serviços funerários prestados à pessoas comprovadamente carentes, nos termos estabelecidos na lei municipal nº 4.652/01, ficarão isentos do pagamento da taxa disciplina nesta lei.

**Art. 10** Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial para regulamentar a presente lei.

**Art. 11** O Poder Executivo poderá regulamentar esta lei para sua fiel execução.

**Art. 12** A presente lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2007.

Gabinete do Prefeito de Pelotas, em 29 de dezembro de 2007.

**Adolfo Antonio Fetter Junior**  
Prefeito Municipal

Registre-se. Publique-se.

**Abel Dourado**  
Secretário de Governo

